



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

**ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 13 DE
JUNHO DE 2018**

Às oito horas e cinquenta minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, reuniram-se, no Auditório da Secretaria de Tecnologia Educacional, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso, para realização da tricentésima vigésima terceira sessão extraordinária, sob a presidência do vice-reitor, Evandro Aparecido Soares da Silva, contando com a presença dos conselheiros: Aclyse de Mattos, Aldi Nestor de Souza, Amandla Silva Souza, Analy Castilho Polizel de Souza, Antônio de Arruda Tsukamoto Filho, Amilcar Sabino Damazo substituindo Bianca Borsatto Galera, Aurea Christina de Paula Correa, Bruno César S. Moraes, Cássia Carraco Palos, Cecilia Fukiko Kamei Kimura, Claudia Aparecida Martins, Danifan Madalena Cunha Leite, Edson Godoy, Eduardo Henrique Bevitori Kling de Moraes, Ellen Luiza Gomes de Araujo e Rabelo Pinheiro, Eloísa de Oliveira Lima, Erivã Garcia Velasco, Evando Carlos Moreira, Fabrício Lima da Paz, Fernando Tadeu de Miranda Borges, Flávia Maria de Barros Nogueira, Guilherme Luz Emerik, Heinsten Frederich Leal dos Santos, Hidevaldo Monteiro Fortes, Ilce de Oliveira Campos, Iramaia Jorge Cabral de Paulo, Ismael de Barros Rocha, João Bosco Pereira Cajueiro, João Paulo de Azevedo, substituindo Dirceu Grasel, Leandro Denis Battirola, Léia de Souza Oliveira, Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, Lisiane Pereira de Jesus, Loyse Tussolini, Luana Caroline Kawamura Lopes, Luiz Guilherme Carvalho, Luzia M. Melo, Marcos André de Carvalho, Margarida Marchetto, Maria Luzinete Alves Venzeler, Marluce Aparecida Souza e Silva, Martinho da Costa Araújo, Matheus Henrique Moraes Junqueira de Araújo, Mauro Lucio Naves Oliveira, Ozerina Victor de Oliveira, Patricia Silva Osório, Paulo César Corrêa da Costa, Paulo Jorge da Silva, Roberto Boaventura Silva Sá, Roberto Carlos Beber, Roberto Lopes de Souza, Tânia Regina Kinasz de Oliveira, Tatiane Lebre Dias, Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa, Tereza Christina M. A. Veloso, Varlindo A. Silva, substituindo Einstein Lemos de Aguiar e Vinícius Hipólito Lopes de Resende, tendo como convidado o servidor Domingos Sávio Santana, Secretário de Gestão de Pessoas e com a presença de alunos dos câmpus de Cuiabá, Araguaia, Rondonópolis, Sinop e do comando de Greve do câmpus de Cuiabá; sendo justificadas as ausências dos conselheiros: Bianca Borsatto Galera, Dirceu Grasel, Carlos Eduardo Silva e Souza, Leandro Formigoni, Paulo Roberto Alves de Oliveira, Cleberson Lira e Marillin Castro Cunha. Iniciando a sessão, o Presidente em exercício cumprimentou os presentes e destacou esta convocação extraordinária, com pauta única, constituição de comissão para a construção de uma política de alimentação com proposta enviada aos conselheiros. A seguir, o conselheiro Roberto Boaventura indagou sobre a justificativa de ausência da presidente, sendo informado pelo Presidente em exercício, que a reitora Myrian Serra está

ERSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



45 participando de um evento das Universidades Latinas Americanas, III
46 Conferência Regional de Educação, em Córdoba, Argentina. Em seguida, o
47 conselheiro Roberto Boaventura apresentou a questão de ordem, sustentada na
48 deliberação da Congregação do Instituto de Linguagens, de manter o ponto de
49 pauta, constituição da comissão para discutir a política de alimentação, mas não
50 o documento base, desconsiderando-o por completo, visto que a proposta não
51 levou em conta os alunos do câmpus de Cuiabá e apresentou a proposta
52 substitutiva, no sentido que seja constituída uma comissão paritária, com
53 membros do CONSUNI, para discutir a política de alimentação. O conselheiro
54 Fabricio Lima da Paz, considerou que a proposta do conselheiro Roberto
55 Boaventura não se trata de questão de ordem, é uma questão de mérito. A
56 conselheira Ellen Luiza A. Rabelo Pinheiro observou que o DCE/Cuiabá
57 participou da reunião em Rondonópolis como ouvinte e concordou que a
58 Comissão deve ser com membros do CONSUNI. A conselheira Amandla Silva
59 Souza esclareceu que a proposta que subsidia a pauta foi construída com a
60 participação dos alunos dos câmpus do Araguaia, Rondonópolis e Sinop e não
61 houve o envolvimento do comando de greve de Cuiabá, tendo em vista que
62 decidiram em assembleia não participar de nenhuma comissão para discussão
63 da política de alimentação. Prosseguindo, o Presidente em exercício apresentou
64 uma retrospectiva, registrando as datas em que foram realizadas reuniões com
65 os DCEs de todos os câmpus, audiências públicas nos câmpus da UFMT e na
66 assembleia legislativa e com os comandos de greve. A conselheira Erivã Velasco
67 acrescentou que a pauta da política de alimentação e a constituição de comissão
68 não está iniciando agora, estava na pauta da última reunião deste Conselho que
69 teve que ser suspensa e entende que a memória apresentada pelo Presidente
70 do Conselho não dá conta de todos os acontecimentos em seus detalhes,
71 salientando que todo o processo e percalços há avanços, reforçando que a
72 proposta apresentada foi construída pelo movimento estudantil e a constituição
73 da comissão surgiu nas audiências públicas e ressaltou que a ausência do
74 comando de greve estudantil de Cuiabá está justificada e publicizada em nota
75 pelo comando de greve de que não iriam participar de comissão e quanto a
76 questão de ordem do conselheiro Roberto Boaventura entende que é uma
77 proposta diferente e precisa abrir para discussão do mérito. A conselheira
78 Marluce Aparecida Souza e Silva observou que no movimento de paralisação o
79 diálogo é com o comando de greve, entendendo que nesse momento os
80 docentes devem fazer com que esse processo seja educativo e disse que não
81 está esclarecida para discutir um processo que não teve participação do
82 comando de greve. A conselheira Iramaia Jorge de Paulo teceu considerações
83 sobre a proposta enviada aos conselheiros, considerando que a mesma
84 apresenta problemas estruturais, metodológicos e cronológicos. Após ampla
85 discussão e o entendimento que a questão de ordem do conselheiro Roberto
86 Boaventura trata de uma proposta divergente da proposta constante na pauta, a
87 qual deve ser discutida amplamente, o Presidente em exercício colocou a pauta

Ela
9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



88 enviada aos conselheiros em apreciação, sendo aprovada com 44 votos
89 favoráveis, 05 contrários e 03 abstenções. Em continuidade, os conselheiros
90 Luana Caroline K. Lopes, Amandla Silva Souza e Luiz Guilherme Carvalho
91 apresentaram a proposta de modelo da comissão a ser constituída para
92 discussão da política de alimentação da UFMT, construída pelos DCEs do
93 câmpus do Araguaia, Rondonópolis, Comando de Greve de Sinop e Comando
94 de Greve de Várzea Grande, ressaltando que a proposta está em construção e
95 apresenta uma Comissão Central e Comissão Local Ampliada que irá trabalhar
96 ouvindo diretamente os alunos de cada câmpus, considerando suas
97 especificidades e subsidiará o representante da Comissão Central, ponderaram
98 sobre o cronograma apertado pelo fato da suspensão da última reunião do
99 Consuni, cuja pauta era a constituição da comissão e salientaram que de acordo
100 com a deliberação dos estudantes, o retorno as aulas está condicionado a
101 constituição desta comissão. A conselheira Luana Caroline Lopes também
102 ressaltou a necessidade da garantia da comissão local que possibilitará o
103 envolvimento de maior número de alunos discutindo a matéria. Seguindo, o
104 conselheiro Roberto Boaventura reapresentou a proposta do Instituto de
105 Linguagens, ressaltando que a proposta está demarcada nos marcos da
106 instituição e da democracia representativa, traz a responsabilidade ao
107 CONSUNI, por entender que o diálogo está esgarçado e todas as tentativas
108 foram frustradas, salientando que o Conselho não é paritário, mas a proposta é
109 no sentido que a comissão seja paritária, nos moldes da democracia
110 representativa e institucional, podendo ser nove representantes de cada
111 categoria, a qual terá competência para analisar documentos e tudo que estiver
112 relacionado à política de alimentação e contrapôs a proposta apresentada pelos
113 estudantes. A conselheira Ellen Luiza G. R. Pinheiro manifestou que não se
114 sentia esclarecida, indagando se o plenário tinha ciência que o comando de
115 greve não está solicitando criação de comissão para tratar da política de
116 alimentação. O conselheiro Fabricio Paz destacou a importância da comissão
117 local para dialogar com os estudantes, proposta pelos estudantes dos câmpus
118 do interior e indagou se a proposta do conselheiro Roberto Boaventura não
119 poderia ser uma comissão central paritária e aglutinar a proposta das comissões
120 locais, mas retirou a proposta, considerando a afirmativa do conselheiro Roberto
121 Boaventura que sua proposta é apenas a comissão paritária do Consuni. O
122 conselheiro Aclyse de Matos posicionou que cabe aos alunos resolverem a
123 questão da unidade e quanto a comissão entende que a proposta da comissão
124 paritária permite ouvir as reivindicações e proposições, dentro do poder que este
125 Conselho tem. A conselheira Marluce Aparecida S. e Silva ressaltou que o
126 encaminhamento do comando de greve era o de não apreciação da pauta, visto
127 que a proposta da comissão não teve a sua participação, mas respeita a decisão
128 do plenário e apresentou a proposta do comando de greve de que a Reitoria
129 mantenha o restaurante no valor de R\$ 1,00, universal, até o final de seu
130 mandato e constituir comissão para analisar os problemas que foram levantados

ELC
9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



131 durante a análise do orçamento do RU pelos estudante e solicitou a abertura das
132 inscrições para os não conselheiros se manifestarem. A conselheira Léia Oliveira
133 ponderou que a manifestação da conselheira Marluce Souza é pertinente e deve
134 ser discutida na Comissão, entendendo que toda comunidade universitária deve
135 fazer proposta para a política de alimentação. Seguindo, o conselheiro Aldi
136 Nestor de Souza registrou que seu único interesse é a reestatização do RU e se
137 constituída a comissão paritária competirá a ela determinar como serão
138 desenvolvidos os trabalhos, prazos, etc, e o resultado será apresentado ao
139 Consuni. Continuando, a conselheira Luana K. Lopes apresentou a proposta de
140 constituição de comissão central paritária e mantém a proposta das comissões
141 locais ampliadas, levando em consideração as especificidades de cada câmpus
142 e sugeriu a composição da comissão central com a participação dos Pró-reitores
143 da PROAD, PROPLAN, PRAE, um representante da Adufmat, um representante
144 do Sintuf, 5 estudantes, 5 técnicos e 3 membros do Consuni. Encerradas as
145 inscrições dos conselheiros, o Presidente em exercício colocou em votação a
146 inscrição dos professores Reginaldo e Alair Silveira e da discente Jaqueline do
147 comando de greve, sendo aprovado com 27 votos favoráveis, 17 contrários e 03
148 abstenções. Seguindo, a conselheira Alair Silveira teceu considerações sobre o
149 método basilar em um movimento de paralisação que quem negocia é o
150 comando de greve, dizendo que é um absurdo não considerar a decisão do
151 CONSEPE que suspendeu o calendário acadêmico, devido ao movimento
152 grevista estudantil, por outro lado, a Reitoria tem se recusado a negociar com o
153 comando de greve e trabalha com pró-reitores e estudantes do interior e
154 considerou que é muito sério o momento que a UFMT está passando,
155 entendendo que cabe aos conselheiros do Consuni a sensibilidade e
156 responsabilidade para o encerramento da greve, negociando de maneira madura
157 e que de conta de ouvir e saber acordar. Seguindo, o professor Reginaldo,
158 presidente da Adufmat ponderou que não ouviu nenhuma manifestação sobre a
159 situação dos alunos do Curso de História e Serviço Social que vão responder a
160 processo judicial na Justiça Federal e pagar multa, por um processo iniciado pela
161 Procuradoria Federal/UFMT, salientando que a universidade tem autonomia
162 para não permitir esse tipo de processo da criminalização do movimento
163 estudantil. Continuando, o professor Reginaldo considerou inverdade a
164 negociação que a Reitoria apresenta para a mídia, que leva em consideração
165 uma parcela dos estudantes dos câmpus do interior, lamentando profundamente
166 que isto esteja acontecendo e informou sobre a realização de um ato, com os
167 movimentos sociais organizados, em defesa dos estudantes e contra a
168 criminalização dos estudantes dos Cursos de História e Serviço Social.
169 Seguindo, a discente Jaqueline, representante do comando de greve,
170 apresentou um histórico do modo como ocorreu esse processo de negociação
171 com a Reitora e o comando de greve e apresentou um informe do movimento de
172 greve explicando porque não concordam com a constituição de comissão para
173 tratar da política de alimentação, devido ao histórico de não funcionamento de

ER
9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



174 comissões e solicitam a Reitora a assinatura do termo de compromisso e, por
175 fim, apresentou solicitação de reunião com a Reitora para discussão da política
176 de alimentação. Esgotadas as inscrições, o Presidente em exercício colocou em
177 votação a proposta de constituir comissão para discussão da política de
178 alimentação, sendo aprovada com 45 (quarenta e cinco) votos favoráveis, 05
179 (cinco) contrários e 01 (uma) abstenção. Em continuidade, passou a discussão
180 do formato da comissão, tendo o Presidente em Exercício registrado a proposta
181 no modelo apresentado pelos estudantes, de uma comissão central e comissões
182 locais, por câmpus e a proposta do conselheiro Roberto Boaventura, aprovada
183 na Congregação do Instituto de Linguagens, de comissão paritária, com
184 membros do CONSUNI, representantes discentes, docentes e técnicos
185 administrativos. A conselheira Loanda apresentou proposta de comissão
186 paritária, com 5 representantes por categoria e com as comissões locais. A
187 conselheira Léia de Oliveira apresentou uma proposta aglutinadora de constituir
188 a comissão central paritária, com membros do CONSUNI e as comissões locais,
189 em todos os câmpus, que irão instrumentalizar o debate na comissão central. O
190 conselheiro Roberto Boaventura não retirou sua proposta. O conselheiro Fabricio
191 Paz apresentou a questão de ordem, registrando que os conselheiros discentes
192 do interior aglutinam as propostas, concordando com a comissão central paritária
193 no CONSUNI e as comissões locais, conforme a proposta mediadora da
194 conselheira Léia Oliveira. Prosseguindo, o Presidente em exercício colocou em
195 votação a proposta apresentada pela conselheira Léia Oliveira, sendo uma
196 comissão central paritária, com membros do CONSUNI e as comissões locais
197 em cada câmpus, para subsidiar a comissão do Consuni que em votação
198 recebeu 41 (quarenta e um) votos; a proposta do conselheiro Roberto Boaventura
199 de constituir comissão paritária, com membros do CONSUNI, para estudos da
200 política de alimentação recebeu 07 (sete) votos e 04 (quatro) abstenções. A
201 seguir, o conselheiro Fabricio da Paz declarou seu voto ressaltando que os
202 estudantes de Cuiabá em assembleia geral aprovaram a não participação em
203 comissão, nos termos da proposta apresentada pela Reitora e como representa
204 o CEB e não o comando de greve, vota favorável a constituição da comissão nos
205 termos proposto neste Conselho. Seguindo, após discussão, a comissão foi
206 constituída pelos conselheiros, representantes discentes: Fabricio da Paz,
207 Carlos Eduardo de O. Passafaro, Matheus Henrique Morais J. de Araujo, Ellen
208 Luiza Gomes de A. e R. Pinheiro, Danifan Madalena Cunha Leite, Luiz Guilherme
209 Carvalho, Luana Caroline Kawamura Lopes, AmandlaSilva Souza, Leandro
210 Formigoni; representantes servidores técnicos administrativos: Fábio Bruno
211 Ramires, João Bosco Pereira S. Cajueiro, Luzia Machado de Melo, Marilyn de
212 Castro Cunha Tedesco, Eloisa de Oliveira, Cleberson Lira, Léia de Souza
213 Oliveira, Vinicius Hipólito Lopes de Rezende e Bruno César Souza Moraes;
214 representantes docentes: Analy Castilho Polizel de Souza, Heinsteim Frederich
215 Leal, Edson Godoy, Roberto Carlos Beber, Lennie Aryete Dias Bertoque, Ilce de
216 Oliveira Campos, Tereza Christina Mertens A. Veloso, Lisiane Pereira de Jesus,

ER
e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



217 Erivã Garcia Velasco, recebendo 44 (quarenta e quatro) votos favoráveis, 04
218 (quatro) contrários e quatro (abstenções). Seguindo, foi discutido sobre a
219 metodologia e o cronograma dos trabalhos da comissão. Em continuidade, o
220 conselheiro Matheus Henrique M. Araújo propôs que o CONSUNI recomende a
221 retirada da lista de estudantes que estão sendo processados pela Justiça
222 Federal. A conselheira Marluce Aparecida Souza sugeriu que este conselho
223 discuta a metodologia dos trabalhos da comissão constituída para discussão da
224 política de alimentação. O conselheiro Roberto Boaventura propôs que a
225 Comissão se reúna e delibere sobre a metodologia e cronograma, apresentando
226 a deliberação na próxima reunião do CONSUNI. Em votação, a proposta de
227 discussão da metodologia pelo CONSUNI, nesta sessão recebeu 05 votos; a
228 proposta de discussão da metodologia pela própria comissão recebeu 40
229 (quarenta) votos favoráveis e 03 (três) abstenções, deliberando ainda, que a
230 primeira reunião da comissão CONSUNI para tratar da política de alimentação,
231 metodologia e cronograma, ocorrerá hoje às 14:00 horas. Seguindo, a
232 conselheira Marluce Aparecida S. e Silva manifestou sobre o envio, a Reitoria,
233 de documento do Departamento de História/IFHD e do Colegiado do Curso de
234 Serviço Social que deliberou por pedir a reitora informações a respeito do
235 documento anexado ao processo de desocupação do prédio da reitoria, com
236 uma lista de alunos dos cursos de Serviço Social e História, com alunos que já
237 formaram ou estão com matrícula trancada, ressaltando que é preciso que a
238 Reitoria se manifeste. A conselheira Léia de Oliveira defendeu que o Consuni
239 tem que se posicionar, não admitindo a criminalização dos movimentos de lutas
240 na universidade e argumentou que o Sintuf é radicalmente contrário a
241 criminalização, indagando sobre a opinião da administração e providências para
242 a retirada da lista de alunos desse processo judicial. O Presidente em exercício
243 ponderou que a administração não concorda com nenhuma criminalização da
244 Universidade e que irá verificar o processo na justiça. A conselheira Tereza Higa
245 expressou sua preocupação com relação ao processo de criminalização,
246 questionando como tiveram acesso ao arquivo da UFMT com lista de estudantes,
247 comprometendo a administração e estudantes. A conselheira Iramaia de Paulo
248 ponderou que a administração deve assumir uma posição para a retirada
249 imediata dos nomes dos nossos alunos do processo judicial e não consegue
250 entender que essa ação é unilateral da PGF. Seguindo, a conselheira Iramaia de
251 Paulo manifestou sobre a comissão constituída para discussão da política de
252 alimentação, entendendo que deve ocorrer um aditivo para baixar o preço da
253 refeição e análise sobre qual o consumo efetivo no RU; se a UFMT paga pelo
254 consumo efetivo ou pela estimativa de demanda; o controle do fluxo de caixa; o
255 valor da reforma do RU e a fiscalização da qualidade da refeição servida no RU.
256 Seguindo, a conselheira Erivã Velasco manifestou sobre o trabalho da comissão
257 constituída para estudos da política de alimentação, reconhecendo que existem
258 várias propostas, coletivas e individuais para serem trabalhadas e muitos pontos
259 surgiram nas audiências públicas, assim entende que a comissão terá muito

EVC
⚡



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



260 trabalho e as recomendações são bem-vindas. Continuando, a conselheira Erivã
261 Velasco manifestou sobre o processo de criminalização, registrando que
262 acompanhou o oficial de justiça nos processos de reintegração e posse e sempre
263 manifestou a discordância da administração com o processo de criminalização
264 do movimento estudantil, lembrando a participação da reitora na reunião da
265 Adufmat e da nota publicada em defesa da não criminalização e da universidade
266 pública, entendendo que a posição deste Conselho reafirma a posição da
267 administração, contrária a criminalização dos movimentos e em defesa da
268 autonomia universitária. Seguindo, a conselheira Marluce Aparecida S. e Silva
269 cedeu a sua fala ao professor Valdir Bertúlio que manifestou sua indignação em
270 ver esse momento de greve estudantil retornar a prática da ditadura militar,
271 retornando aos processos de cooptação, ponderando que este conselho superior
272 tem legitimidade e os conselheiros devem falar em nome da representação
273 política acadêmica e reconheceu que com as greves realizadas pelos docentes
274 conseguiram a realização dos concursos, a carreira docente e outras lutas
275 ligadas a perspectiva da consolidação da universidade pública. Seguindo,
276 lamentou o processo de criminalização do movimento estudantil e do não
277 reconhecimento do comando de greve, ressaltando que a luta pela alimentação
278 é essencial porque tem aluno que não pode pagar nem R\$ 1,00 e defendeu a
279 universalização, manifestando seu apreço a essa repolitização do movimento
280 estudantil, que é uma luta necessária, porque não está tratando apenas da
281 política de alimentação, a universidade pública está sendo defenestrada e
282 defendeu uma auditoria nos contratos com a empresa de alimentação. A seguir,
283 o Presidente em exercício colocou em apreciação a proposta apresentada pelos
284 conselheiros Matheus, Marluce Aparecida Souza e Léia Oliveira para a aprovar
285 manifestação pela retirada da lista de nomes dos alunos dos cursos de Serviço
286 Social e História do processo de reintegração e de posse dos prédios da UFMT
287 que tramita na Justiça. Em votação, a sugestão foi aprovada com 45 (quarenta
288 e cinco) votos favoráveis e 03 (três) abstenções. Nada mais havendo a ser dito
289 e nem tratado, o Presidente em exercício encerrou a sessão, sendo lavrada esta
290 ata por mim, Elenir Motta Sanches Arruda, Secretária dos Órgãos Colegiados
291 Superiores, que a escrevi e subscrevi, após lida e aprovada pelo Plenário do
292 Conselho Universitário.

Elenir Motta Sanches Arruda